



PREVALÊNCIA DE ABANDONO DO ALEITAMENTO MATERNO EXCLUSIVO ENTRE BRASILEIRAS TRABALHADORAS

Marina Marques Silveira¹, Ingridy Kammers², Fabiana Flores Sperandio³

1. Acadêmica do Curso de Fisioterapia - UDESC, bolsista PIBIC/CNPq.
2. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Fisioterapia – UDESC.
3. Orientadora, Departamento de Fisioterapia - UDESC. E-mail: fabiana.sperandio@udesc.br.

Palavras-chave: Amamentação; Retorno ao trabalho; Aleitamento Materno Exclusivo.

Resumo: O aleitamento materno exclusivo (AME) é definido como a prática da amamentação onde a criança recebe somente o leite materno, que pode ser diretamente da mama, seja ele ordenhado ou de outra fonte, sem a adição de outros líquidos ou sólidos. Este proporciona uma série de benefícios nutritivos, emocionais, econômicos, imunológicos e sociais tanto para o neonato, quanto para a mãe. Segundo a Organização Mundial da Saúde, a prática do AME é recomendada durante no mínimo os seis primeiros meses de vida do bebê, por promover crescimento, desenvolvimento e saúde. Passados seis meses de idade, o aleitamento materno deve ser realizado juntamente à introdução alimentar. No entanto, muitas vezes as mulheres cessam a amamentação antes do período recomendado. O presente estudo tem como objetivo analisar a prevalência de abandono do AME entre brasileiras trabalhadoras. **Materiais e métodos:** Trata-se de um estudo quantitativo e prospectivo de coorte. As participantes foram entrevistadas face-a-face durante o puerpério imediato ($N=133$) no Hospital Regional de São José Doutor Homero de Miranda Gomes e Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago aos seis meses após o parto, via telefone. Os dados foram organizados no programa *Excel* e, posteriormente, analisados no *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS). Para estatística descritiva, utilizou-se média e desvio-padrão para variáveis contínuas e frequências para variáveis categóricas. O teste de Qui-quadrado foi utilizado para verificar associações. **Resultados:** Das 133 mulheres, 52,6% ($n=70$) responderam ao *follow up* e fizeram parte da análise estatística. Após seis meses, 40 mulheres não estavam trabalhando e 30

delas, estavam dando continuidade as suas atividades laborais. A prevalência de abandono do AME no grupo das trabalhadoras foi de 93,3% (n=28), enquanto no grupo não trabalhadoras foi de 75% (n=30). Entre as mães trabalhadoras que não estavam realizando o AME, em seis meses pós-parto, as principais justificativas para tal abandono foram: as orientações médicas (42,86%, n=12) e necessidade de retorno ao trabalho (42,86%, n=12) e o tipo de alimentação predominante foi o aleitamento materno combinado com outros tipos de alimentos (56,7%; n=17). Como facilitadores do AME, foram identificados: ser autônoma, que segundo o risco relativo, apresentam 13,75 mais chances de não interromper o AME após voltar ao trabalho, ter maior nível de escolaridade, que proporciona 10,28 mais chances de não interromper o AME e a existência de espaço para a prática do aleitamento materno no trabalho, na qual oferece 13,75 mais chances da não interrupção do AME. **Conclusão:** O retorno ao trabalho é um aspecto decisivo na continuidade ou cessação do AME. O fornecimento de instalações para o aleitamento materno pode desempenhar um papel significativo na prática adequada. Sugere-se o seguimento de pesquisas buscando desafios enfrentados por mulheres trabalhadoras para que estratégias sejam incorporadas nas organizações de trabalho, de modo a contribuir com o sucesso do aleitamento materno.